

SENADO DEBATE

Reforma do Poder Judiciário

17 JUN 2003

TRIBUNA DO BRASIL

HÁ DEZ ANOS NA PAUTA, TEXTO DEVE SER VOTADO AGORA PORQUE A CASA NÃO TEM ASSUNTOS A APRECIAR, JÁ QUE SÓ FOI CONVOCADA POR EXIGÊNCIA DA LEI

Dispensado do recesso de julho, o Congresso Nacional vai chegar dividido à convocação extraordinária. A Câmara dos Deputados vai ter muito trabalho. Na prática, o expediente foi acionado para que os 503 parlamentares da Casa acelerem a tramitação das reformas tributária e da Previdência Social. Os senadores, no entanto, não têm pautas urgentes a serem apreciadas. Ainda assim, cada um deles irá receber três salários (R\$ 38.160,00) por conta do trabalho extra. A culpa é da Constituição Federal: a lei não permite que apenas a Câmara seja convocada.

A solução encontrada pelos líderes do governo, com apoio do PMDB, foi a de usar o tempo livre para discutir a reforma do Judiciário. A proposta, também uma das prioridades do governo, está no parlamento há mais de 10 anos. O líder do bloco governista, senador Tião Viana (PT-AC), é o pai da idéia. Ele garante que os senadores também vão ajudar na tramitação das outras reformas. "Somos parte do esforço de modernização e aperfeiçoamento do Estado", diz Viana. O senador petista acredita que, graças à convocação, será possível acelerar a reforma do Judiciário e aprová-la ainda este ano.

"Esta matéria está na Casa há uma década e a dívida com a sociedade é muito grande", afirma Tião Viana. Segundo ele, há uma crise de confiabilidade nos ritos judiciais do país. "Temos que aprovar a reforma



Tião Viana: "Somos parte do esforço de modernização do Estado"

sob pena de descrédito da sociedade com o próprio Judiciário", ressalta.

Viana defende a participação dos senadores, desde agora, do processo de discussão das reformas que estão na Câmara. Caso haja resistência dos líderes dos partidos no Senado, ele vai propor a realização de dez debates nos próximos 90 dias. O objetivo,

afirma, é discutir os pontos mais polêmicos das propostas de reforma da Previdência foco de crises dentro e fora do governo. "Precisamos enriquecer o conteúdo teórico dos parlamentares sobre uma decisão tão relevante para o futuro do país", explica o senador.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), acatou de pronto a idéia de colocar a

reforma do Judiciário em pauta durante a convocação de julho. Também concorda em inserir a bancada nos debates das reformas tributária e da Previdência, a partir do que está sendo discutido na Câmara. "O que não se pode pretender é que uma Casa substitua a outra. Estamos atentos para que isso não aconteça", alerta o líder peemedebista.